

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Homenagens</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XV
<i>Nota Prévia</i>	XVII
<i>Introdução</i>	XIX
1. TRÊS FORMULAÇÕES TRIPARTITES DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PRESENTES NA JURISPRUDÊNCIA DO DIREITO COMPARADO E INTERNACIONAL	1
1.1. A formulação da matriz alemã	2
1.2. A formulação do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	6
1.3. A formulação da Doutrina Gubbay	11
2. DIMENSÃO DA ADEQUAÇÃO	17
2.1. Princípios da juridicidade e legalidade	26
2.2. Princípio da supremacia do interesse público	41
2.3. Princípio da moralidade	58
2.4. Princípio da finalidade	72
2.5. Princípios da indisponibilidade do interesse público e da continuidade do serviço público	80
2.5.1. Reflexões sobre as consequências para o Poder Público da recusa do particular de executar obrigação contratual decorridos 90 dias de inadimplemento da Administração Pública	86
2.6. Princípio da especialidade	91
2.7. Princípio da impessoalidade	91
2.8. Princípio da publicidade	100
2.8.1. Direito de acesso à informação administrativa e seus limites	108
2.9. Princípio da motivação	115
2.10. Princípios da economicidade, da eficiência e da eficácia	129
3. DIMENSÃO DA NECESSIDADE	143
3.1. Princípios correlatos	151
3.1.1. Vedação a atos <i>extra</i> ou <i>ultra legem</i>	156

3.1.2. Princípio da publicidade	159
3.1.3. Possibilidade de tensão dialética entre os princípios da dignidade da pessoa humana e da supremacia do interesse público	163
3.1.4. Dignidade da pessoa humana e economicidade	171
3.2. Apontamentos sobre jurisprudência.....	173
4. DIMENSÃO DA PROPORCIONALIDADE EM SENTIDO ESTRITO	181
4.1. Escorço teórico	185
4.2. A proporcionalidade em sentido estrito nos casos de emergências decorrentes de conduta estatal irregular	193
4.3. Possibilidade de tensão dialética dos princípios da dignidade da pessoa humana e da continuidade do serviço público com os princípios da legalidade em sentido estrito e da proibição de enriquecimento ilícito	194
4.4. Apontamentos sobre jurisprudência	198
4.4.1. O caso Beit Surik	209
4.5. Possibilidade de quebra de sigilos e segredos da vida privada pelo Poder Judiciário	216
4.6. Limites aos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito na esfera privada	223
4.6.1. Círculo da vida privada <i>stricto sensu</i>	229
4.6.2. Círculo da intimidade	241
4.6.3. Círculo do segredo	260
4.6.4. Investigação da vida privada por CPI	260
4.7. Princípio do devido processo legal	267
4.8. Breves reflexões filosóficas.....	274
CONCLUSÃO	279
REFERÊNCIAS	281